

ESTUDO CASO 1

Transparência no Financiamento Político

A proibição de donativos de empresas tem sido contornada por uma certa elite empresarial. No seguimento de escândalos no setor financeiro, foi exposto que muitos banqueiros doaram grandes somas a candidatos durante a campanha presidencial de 2006. Por exemplo, cinco membros da família Espírito Santo, dona de um dos maiores grupos financeiros em Portugal,¹ doaram a um dos candidatos o limite máximo por pessoa, num total de 2,2 milhões de euros (5% do orçamento total da campanha).² Três outros presidentes de instituições bancárias foram também identificados como grandes doadores a candidatos presidenciais.

Apesar de não apresentarem nada de ilegal, estas doações individuais provam, mais uma vez, a relação de forte proximidade entre política e negócios. Mostra igualmente que há falta de uma transparência em tempo útil e que o mecanismo de supervisão do financiamento partidário é desanimador a esse respeito. Os partidos políticos e as campanhas eleitorais são obrigados a apresentar as suas contas a uma entidade independente, mas essas contas e seu controle não são tornadas públicas em tempo útil. Por exemplo, os relatórios das eleições presidenciais de 2011 não estão ainda disponíveis ao público. Um registo público e imediato de doações a partidos políticos e das campanhas eleitorais melhoraria a transparência e a prestação de contas e ajudaria os eleitores a fazerem escolhas eleitorais mais informadas.

¹ Ver também Estudo Caso 2

² Jornal de Negócios (2014), Família Espírito Santo foi uma das maiores financiadoras da campanha de Cavaco Silva em 2006, Jornal de Negócios, 21 Ag. 2014. Em http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/familia_espirito_santo_foi_uma_das_maiores_finaanciadora_da_campanha_de_cavaco_silva_em_2006.html [consultado a 3 Set 2014]